



Poder Judiciário Federal
Tribunal Regional do Trabalho da 9.^a Região

Vetor nº 283737 - Comitê de Governança e Estratégia (CGE)


LUIZ
HENRIQUE
TACCONI 14
/05/2025
SGE TRT9


CÉLIO
HORST
WALDRAFF
15/05/2025
TRT9

Ata/Pauta - 30.04.2025 - 1ª Reunião ordinária do Comitê de Governança e Estratégia - 2025 (ID 13988433)

Agendamento (ID 13988434)

Data: 30/04/2025

Horário: 10h

Reunião Extraordinária: Não

Convidados:

Desembargador Presidente – Célio Horst Waldruff

Desembargador Vice-Presidente – Marco Antônio Vianna Mansur

Desembargador Corregedor – Benedito Xavier da Silva

Desembargador Gestor de Metas – Desembargador Arion Mazurkevic

Desembargadora Diretora da Escola Judicial – Ana Carolina Zaina

Desembargador Coordenador da Comissão de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição – Eliázer Antonio Medeiros

Desembargador Coordenador do Comitê de Tecnologia da Informação e Comunicação – Célio Horst Waldruff

Desembargador Coordenador do Comitê de Pessoas – Paulo Ricardo Pozzolo

Desembargador Coordenador do Comitê Orçamentário e de Finanças de 1º Grau – Célio Horst Waldruff

Desembargador Coordenador do Comitê Orçamentário e de Finanças de 2º Grau – Célio Horst Waldruff

Magistrada Coordenadora do Comitê de Patrimônio, Logística e Sustentabilidade – Angélica Cândido Nogara Slomp

Magistrado eleito como representante do 1º Grau de Jurisdição – Guilherme Mayer Amin

Secretária-Geral da Presidência – Maria Rosicler Cretella

Secretária-Geral Judiciária – Yonara Yoko Pozzolo

Diretor-Geral – Sandro Alencar Furtado



Documento "Ata/Pauta - 30.04.2025 - 1ª Reunião ordinária do Comitê de Governança e Estratégia - 2025", no sistema Vetor, processo "Comitê de Governança e Estratégia (CGE) (Nº 283737)". Para verificar a autenticidade desta cópia, informe o código 2025.EUEXG.GNNIP no endereço eletrônico: https://www.trt9.jus.br/vetor/doc_assinado

Secretário-Geral de Tecnologia da Informação e Comunicações – Eduardo Silveira Rocha

Diretor da Secretaria de Governança, Estratégia e Estatística – Luiz Henrique Tacconi (**Secretário do Comitê de Governança e Estratégia**)

Diretor da Secretaria de Auditoria Interna – Fabrício Teilo de Araujo

Assessor da Assessoria de Comunicação – Heliberton Cesca

Assessora de Gabinete de Desembargador representante do 2º Grau de Jurisdição – Roberta de Biasio Pires

Diretor de Secretaria de Vara do Trabalho representante do 1º Grau de Jurisdição – Adair José Bolzon

Magistrado Presidente da AMATRA IX – Daniel Roberto de Oliveira

Representante do Sinjutra – Renato Celso Moreira Filho

Presidente da OAB-PR – Luiz Fernando Casagrande Pereira

Presidente da AATPR – Marco Aurélio Guimarães

Procurador-Chefe do MPT-PR – Alberto Emiliano de Oliveira Neto

Juíza Auxiliar da Corregedoria – Hilda Maria Brzezinski Da Cunha Nogueira

Juíza Auxiliar da Presidência – Simone de Galan Figueiredo

Secretário da Corregedoria Regional – Sandro Augusto Haisi

Local da reunião: Videoconferência

Participantes:

Membros do Comitê de Governança e Estratégia

Desembargador Presidente – Célio Horst Waldruff

Desembargador Gestor de Metas – Arion Mazurkevic

Magistrada representando a Escola Judicial – Vanessa Karam De Chueiri Sanches

Desembargador Coordenador do Comitê de TIC – Célio Horst Waldruff

Desembargador Coordenador do Comitê Orçamentário e de Finanças de 1º Grau – Célio Horst Waldruff

Desembargador Coordenador do Comitê Orçamentário e de Finanças de 2º Grau – Célio Horst Waldruff

Magistrada Coordenadora do Comitê de Patrimônio, Logística e Sustentabilidade – Angélica Cândido Nogara Slomp



LUIZ
HENRIQUE
TACCONI 14
/05/2025
SGE TRT9



CÉLIO
HORST
WALDRAFF
15/05/2025
TRT9



Magistrado eleito como representante do 1º Grau de Jurisdição – Guilherme Mayer Amin

Secretária-Geral da Presidência – Maria Rosicler Cretella

Secretária-Geral Judiciária – Yonara Yoko Pozzolo

Secretário-Geral de Tecnologia da Informação e Comunicações – Eduardo Silveira Rocha

Diretor-Geral – Sandro Alencar Furtado

Diretor da Secretaria de Governança, Estratégia e Estatística – Luiz Henrique Tacconi (Secretário do Comitê de Governança e Estratégia)

Diretor da Secretaria de Auditoria Interna – Fabrício Teilo de Araújo

Assessor da Assessoria de Comunicação – Heliberton Cesca

Assessora de Gabinete de Desembargador representante do 2º Grau de Jurisdição – Roberta de Biasio Pires

Diretor de Secretaria de Vara do Trabalho representante do 1º Grau de Jurisdição – Adair José Bolzon

Convidados

Magistrado Presidente da AMATRA IX – Daniel Roberto de Oliveira

Representante do Sinjutra – Elizângela Gomes Barbosa

Representante da OAB-PR – Giovanna Lepre Sandri

Juíza Auxiliar da Corregedoria – Hilda Maria Brzezinski Da Cunha Nogueira

Servidora da Diretoria-Geral – Cleuci Biembenguti da Silva

Servidores da Secretaria de Governança, Estratégia e Estatística – Cláudia Cristina Thamm Otta, Israel Petrônio De Souza, João Paulo Bossoni, Juliana Ferreira Rebouças, Luiz Francisco De Souza, Marcos Vinícios Carneiro Rocha, Ricardo Ainati Humphreys e Tatiane Centeno Prestes

Itens da reunião (ID 13988442)

Item 1 da pauta (ID 13988443)

Nome do item: Resultados do TRT-PR nas Metas Nacionais em 2024

Descrição:

O Desembargador Presidente Célio Horst Waldraff, Coordenador do Comitê de Governança e Estratégia, declarou aberta a reunião cumprimentando e agradecendo todos os presentes.



LUIZ
HENRIQUE
TACCONI 14
/05/2025
SGE TRT9



CÉLIO
HORST
WALDRAFF
15/05/2025
TRT9





LUIZ
HENRIQUE
TACCONI 14
/05/2025
SGE TRT9



CÉLIO
HORST
WALDRAFF
15/05/2025
TRT9

O servidor Luiz Henrique Tacconi, Diretor da Secretaria de Governança, Estratégia e Estatística, iniciou apresentando a pauta da reunião. Destacou a dificuldade enfrentada pelos Tribunais em razão das várias versões dos glossários que são disponibilizadas ao longo do ano, alterando o entendimento na aferição dos resultados. Em 2024, foram publicadas 10 versões pelo CSJT, sendo a última em 20/03/2025.

Passou a expor os resultados das metas judiciais e não judiciais no ano de 2024. Apenas a Meta Nacional 2 - Julgar processos mais antigos não foi atingida, em razão do não cumprimento da parte 2 (em destaque): **Identificar e julgar, até 31/12/2024**, pelo menos 93% dos processos distribuídos até 31/12/2022 nos 1º e 2º graus e **98% dos processos pendentes de julgamento há 4 anos (2020) ou mais**. Esclareceu que a meta vinha sendo cumprida pelo Tribunal, mas uma divergência de entendimento nos critérios de aferição entre o CNJ e CSJT, resultou em uma das alterações do glossário do CSJT, tornando a meta mais desafiadora.

Em relação à Meta Nacional 9 - Estimular a inovação no Poder Judiciário, o servidor Eduardo Silveira Rocha, Secretário-Geral de Tecnologia da Informação e Comunicações, esclareceu que embora o Projeto Jurisdata Science-Falcão, um dos projetos utilizados para atendimento da meta, tenha sido cadastrado pelo TRT15 na plataforma RenovaJud do CNJ, a condução e o desenvolvimento foram do TRT-PR. Ainda, informou sobre o desenvolvimento do Painel dos Desembargadores para o 2º grau, a exemplo do Painel de Magistrados para o 1º grau, que pode contribuir para a melhoria da Meta Nacional 1 - Julgar mais processos que os distribuídos e da Meta Nacional 2 - Julgar processos mais antigos, à medida que esses painéis apontam para os processos pendentes que contribuem para atingimento dessas metas.

Solução Proposta:

Tema de caráter expositivo.

Deliberação:

Por se tratar de tema de caráter expositivo e de prestação de contas, não cabiam deliberações.

Item 2 da pauta (ID 14597153)

Nome do item: Resultados do TRT-PR nas Metas Nacionais de janeiro a março de 2025

Descrição:

O servidor Luiz Henrique Tacconi deu início à apresentação dos resultados de janeiro a março de 2025. Informou que o CNJ até o momento já havia publicado três versões do glossário 2025 e que se estava aguardando a publicação do glossário do CSJT. Para a apuração dos resultados do período, foram utilizados os critérios definidos no glossário de 2024.





A **Meta Nacional 1 - Julgar mais processos que os distribuídos** não está sendo cumprida, destacou o aumento de processos distribuídos se comparado ao mesmo período do ano anterior. Informou que houve alteração na forma de aferição da taxa de congestionamento (considerada como cláusula de barreira), que até então era medida considerando os últimos doze meses e agora passou a ser medida apenas durante o ano, de acordo com entendimento do CSJT. Desta forma, é esperado que o valor no início do ano esteja mais alto e vá diminuindo ao longo do período.

Sobre a **Meta Nacional 2 - Julgar processos mais antigos**, a Parte 1 está sendo cumprida desde janeiro. Em relação à Parte 2, ainda há processos pendentes de julgamento no 1º grau.

A **Meta Nacional 3 - Estimular a conciliação** está sendo cumprida com valor bem acima do mínimo estipulado de 38%.

Em relação a **Meta Nacional 5 - Reduzir a Taxa de Congestionamento**, o valor está muito acima do valor da meta, o que, como já havia sido dito, é o esperado em razão da alteração na forma de aferição.

Foi alterado o enunciado da **Meta Institucional - Impulsionar processos à execução**, de acordo com a alteração realizada no Edital do Selo de Excelência da Corregedoria, que passou a considerar para aferição do indicador as fases de liquidação e execução.

Sobre as metas não processuais, a **Meta Nacional 9 - Estimular a Inovação no Poder Judiciário**, **Meta Nacional 10 - Direitos da Criança e do Adolescente** e a **Meta Específica da Justiça do Trabalho - Saúde de magistrados e servidores**, estão em planejamentos as iniciativas para atendimento. Informou que no glossário do CSJT também constarão os critérios de aferição para os 13 novos indicadores da Justiça do Trabalho.

O Desembargador Gestor de Metas Arion Mazurkevic ressaltou a excelência nos resultados do Tribunal para o atingimento das metas apesar das dificuldades encontradas, porém entende que a construção desses indicadores deveria ocorrer de forma participativa e democrática, conforme previsto na Resolução CNJ 221 /2016. Afirmou que o processo participativo não vem ocorrendo de forma efetiva, conforme demonstrado na alteração do enunciado da Meta Nacional 1 de 2025 pelo CNJ em relação ao período de apuração. Ainda com relação à alteração do enunciado da Meta Nacional 1, expõe que embora o período proposto pela Justiça do Trabalho e aprovado por unanimidade no 18º Encontro Nacional do Poder Judiciário, de 01/12/2024 a 30/11/2025, o período na publicação das metas pelo CNJ ficou de 20/12/2024 a 19/12/2025, mas acredita que exista hoje um movimento no Judiciário que possa mudar essa situação, como os dois grupos dos quais participa e que tratam do tema. Finalizou afirmando que entende e defende que os indicadores e metas são importantes para análise e acompanhamento do Judiciário, mas acredita que o processo de construção deva ser melhorado, priorizando uma avaliação mais qualitativa da atividade jurisdicional.

Na sequência, o servidor Luiz Henrique Tacconi comunicou sobre o início do processo de formulação da Estratégia Nacional para o próximo ciclo, 2027-2032, coordenado pelo CNJ com a participação dos órgãos do judiciário.





LUIZ
HENRIQUE
TACCONI 14
/05/2025
SGE TRT9



CÉLIO
HORST
WALDRAFF
15/05/2025
TRT9

Solução Proposta:

Tema de caráter expositivo.

Deliberação:

Por se tratar de tema de caráter expositivo e de prestação de contas, não cabiam deliberações.

Item 3 da pauta (ID 14597146)

Nome do item: Outras demandas estratégicas

Descrição:

O servidor Luiz Henrique Tacconi falou sobre o andamento das demais demandas de Governança e Estratégia coordenadas pela SGE, destacando o Prêmio CNJ de Qualidade que está na fase de continuidade do cumprimento dos planos de ação pelas unidades responsáveis. Destacou a importância da participação de magistrados e servidores na reunião prevista para junho que tratará da elaboração das metas para 2026 pela relevância do tema, bem como porque acaba refletindo na pontuação de um dos itens do Prêmio de Qualidade.

O Desembargador Presidente ressaltou a ampla participação no ano anterior e a importância das metas, e apesar do excelente resultado do Tribunal, reforçou a necessidade de alteração no processo de elaboração, que acaba não refletindo todo o esforço dos tribunais. Por fim, enfatizou a importância da participação na reunião, não havendo oposição do Comitê em se fazer nos mesmos moldes do ano anterior com o envio de ofício conscientizando da importância da participação e solicitando auxílio na divulgação do evento para os Coordenadores dos Colegiados Temáticos, a Alta Administração, a Amatra IX e o Sinjutra.

O servidor Luiz Henrique Tacconi encerrou a apresentação informando as datas previstas para as próximas reuniões.

O Desembargador Presidente enfatizou a necessidade de avaliar e criticar o modelo atual para aferição das metas, mencionou como o grupo de trabalho, coordenado pelo Desembargador Gestor de Metas, tem contribuído nessa avaliação do atual sistema, porém entende que mesmo não sendo a melhor forma, é importante que o Tribunal continue atendendo e mantendo os bons resultados. Encerrou a reunião agradecendo a todos pela presença.

Solução Proposta:

Envio de Ofícios Circulares acerca da participação na reunião prevista para junho para elaboração da proposta do Tribunal para as Metas 2026.

Deliberação:

Serão enviados Ofícios Circulares conscientizando da importância da participação na reunião prevista para junho para elaboração da proposta do Tribunal para as metas 2026 e solicitando auxílio na divulgação do evento para os Coordenadores dos Colegiados Temáticos, a Alta Administração, a Amatra e o Sinjutra.

